



SINDICÁRIO



CAMPO GRANDE - MS - Edição N° 69

NOVEMBRO DE 2018 - 4 PÁGINAS - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



RETROSPECTIVA 2015/2018

ESPECIAL DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS E SEGURANÇA BANCÁRIA

DIRETORIA BANCÁRI@S EM AÇÃO





Editorial

Em defesa dos bancos públicos e segurança bancária

Chegamos na 4ª edição de retrospectiva do sindicato, e neste informativo vamos tratar de dois assuntos de extrema importância para os bancários: a segurança bancária e a defesa dos bancos públicos.

A Caixa e o Banco do Brasil vem sofrendo ataques do governo Federal, com reestruturações, fechamento de agências e programas de demissão voluntária, e mudanças na Cassi e Saúde Caixa. Fizemos dezenas de protestos contra esses ataques, desmonte dos bancos públicos e a possível privatização. O tema chegou até mesmo na Assembleia Legislativa de MS e em Câmaras Municipais de algumas cidades do interior do estado.

Também discutimos em uma audiência pública na Assembleia sobre a segurança bancária. Isso porque aumentou, nos últimos anos, os ataques a bancos e caixas eletrônicos, principalmente no interior do estado, onde a segurança pública é mais vulnerável. Resultado da audiência pública é a tramitação de um projeto de lei para melhorar a segurança nas agências, lotéricas e correspondentes bancários.

O sindicato sempre esteve preocupado com este tema de segurança bancária, tanto que os diretores sempre estão à disposição quando há um ataque. Os dirigentes vão até o local para auxiliar os bancários e acompanhar a situação da agência. Boa leitura!

Edvaldo Barros – presidente do SEEBCG-MS



SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPO GRANDE-MS E REGIÃO

Rua Barão do Rio Branco, 2652
Jardim dos Estados - Campo Grande
(67) 3312-6100

EDVALDO BARROS
presidente

RUBENS JORGE ALENCAR
secretário de Imprensa e Comunicação

TATIANA MARTINS
jornalista responsável - MTB/MS 107

ADRIANA QUEIROZ | DAIANA PORTO
jornalistas

MARTINS E SANTOS COMUNICAÇÃO
edição e diagramação

E-mail: imprensa@sindicario.com.br
Site: www.sindicario.com.br

Luta em defesa da Saúde Caixa e Cassi



Durante o ano de 2018, o governo Federal, através de resoluções da CGPAR, apresentou inúmeras alterações à gestão dos planos de assistência médica dos trabalhadores das empresas públicas federais. Medidas estas que feriam os acordos coletivos do Banco do Brasil e Caixa.

Em razão disso, foram feitas mobilizações em defesa da Cassi e do Saúde Caixa em frente às agências bancárias em todo o País, incluindo Campo Grande e, até mesmo, fechamento de agências por um dia, como forma de protesto.

“Houve iniciativas do governo para mudar o plano de saúde, adequando-os às normas da CGPAR e às mudanças de Estatuto da Caixa. Essas normas reduzem a obrigação da empre-

sa em relação aos empregados, então, fizemos diversos movimentos em defesa do Saúde Caixa e, com isso, conseguimos mantê-lo, quase que na totalidade, nos moldes que já estavam, através da assinatura do acordo coletivo”, pontua o secretário de Esportes e Lazer do sindicato, Jadir Fragas.

No caso da Cassi, as negociações ainda continuam com o BB, por isso, a secretária de Administração e Patrimônio do SEEBCG-MS, Luciana Rodrigues, reforça a importância da participação de cada bancário nesta luta.

“Conseguimos muito mais conquistas quando estamos unidos. A luta é responsabilidade de todos. A participação é importantíssima para manutenção dos direitos adquiridos”, afirma.



Audiências públicas e atos de protestos em defesa dos bancos públicos



Mato Grosso do Sul foi o primeiro estado a promover uma audiência pública “Em Defesa dos Bancos Públicos”. O debate, em Campo Grande, ocorreu em junho de 2017, na Assembleia Legislativa. Também foram realizadas audiências sobre o tema em Juti, Coxim e Maracaju.

Nas audiências, o sindicato discutiu os impactos negativos da privatização de instituições públicas e do desmonte dos serviços públicos para a comunidade. No município de Juti, por exemplo, a privatização pode provocar o fechamento de uma única agência do Banco do Brasil, que atende a prefeitura, os comerciantes e a agricultura familiar.

“Nosso objetivo sempre foi conscientizar a população sobre o papel fundamental que esses bancos exercem na sociedade e fazer um apelo para que a classe política também defenda essas instituições públicas, principalmente no interior do Estado. Defender os bancos públicos é defender o sonho da casa própria, o sonho de milhares de brasileiros que usam o FIES para cursar uma faculdade”, explica o presidente do SEEB CG-MS, Edvaldo Barros.

A luta em defesa das empresas estatais, em especial dos bancos públicos, também foi destaque em vários protestos e mobilizações e dias de luta, ao longo dos últimos anos.

Os bancos públicos estão na mira do governo, que vem enfraquecendo a função pública dessas empresas, com a intenção de privatizá-las. Na Caixa e no Banco do Brasil, reestruturações e programas de desligamento voluntário intensificaram a falta de bancários nas agências e a sobrecarga de trabalho.

“Nosso sindicato é muito ativo na resistência para minimizar os impactos negativos do desmonte dos bancos públicos. Nós sabemos que nossa aliança é com o bancário e para o bancário. Fechamos agências para protestar, paralisações, dias nacionais de luta, e fomos o primeiro sindicato, em âmbito nacional, a fazer uma audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir o banco público, e isso resultou em várias audiências em cidades do interior do estado, dialogando sempre com a sociedade e com todos os trabalhadores”, completa o secretário de assuntos jurídicos do sindicato, Orlando de Almeida.



Audiência pública debate melhoria na segurança bancária em MS



Para melhorar a segurança bancária em Mato Grosso do Sul, o sindicato conseguiu apoio de outras categorias e de parte da classe política e realizou uma audiência pública sobre o tema, em março de 2017.

Na ocasião, foi formado um grupo de trabalho composto por bancários, vigilantes e representantes das seguranças pública e privada. Após mais de três meses de debate, o grupo formatou um projeto de lei que começou a tramitar em agosto de 2017, na Assembleia Legislativa.

“É um projeto que complementa a lei federal de

1983 que precisa ser atualizada. A lei estadual vai preencher as lacunas que hoje colocam em risco o bancário, o vigilante e o público em geral”, acrescenta o secretário de imprensa do SEEB-CG, Rubens Jorge Alencar.

De acordo com o presidente do sindicato, Edvaldo Barros, a ausência de medidas efetivas por parte das instituições bancárias prejudica o desempenho e a saúde do funcionário. “Além das metas abusivas, tem mais esse item, a insegurança, que acaba pressionando o trabalhador e gera instabilidade emocional”, destaca.



Diretores auxiliam bancários em casos de crimes nas agências

Os dirigentes sindicais também acompanham todas as situações criminosas em agências. Nessas visitas, na maioria no interior do estado, os diretores do sindicato auxiliam os bancários e verificam se a agência tem condições de continuar funcionando. Quando há risco para os funcionários, o sindicato interdita a agência e aumenta a cobrança para que o banco tome as devidas providências de segurança o mais rápido possível.

“Nós acompanhamos o andamento da recuperação e analisamos as condições de trabalho dos funcionários, nossa preocupação é sempre com a integridade dos funcionários e clientes. Quando o crime acontece no interior, nós também levamos nossa solidariedade e avaliamos a situação in loco, bem como a cobrança de mais segurança, cuidados médicos e psicológicos para os funcionários e avaliar os desvios de função e remanejamento dos bancários, caso seja necessário”, destacou o secretário Rubens Jorge Alencar.

Entre os atendimentos realizados aos bancários do interior do estado, estão: Rio Negro, Pedro Gomes, Sonora, Figueirão, Nioaque e Chapadão do Sul.

Uma situação preocupante acompanhada pelo sindicato foi em Pedro Gomes, que estava sem atendimento bancário por conta do ataque à única agência do município, em 2016. A mesma situação ocorreu em Sonora, onde os bancários tiveram de trabalhar em uma unidade provisória: um contêiner.

